

Taxa de Demagogia

O Congresso não faz mais a menor questão de salvar as aparências. Entregou-se por inteiro à fisiologia política, e investe todo o seu comportamento na preservação dos interesses eleitorais, como se eles fossem capazes de garantir-lhe a sobrevivência política.

A reconstituição do que se passou na 4^a-feira em Brasília é um roteiro que leva diretamente à insolvência política. O país estava resignado a assistir à rejeição do Decreto-Lei 2 045 como símbolo da restauração dos poderes do Congresso, mas dentro de um acordo de cavalheiros e não do oposto.

Com a rejeição do decreto que equalizava em 80% os aumentos salariais, acreditava-se que a representação política se daria por satisfeita em matéria fisiológica: prejudicava a economia nacional a título de investimento eleitoral de curto prazo. Não havia racionalidade política na fusão das correntes oposicionistas com uma fatia da bancada governista, mas podia-se perfeitamente compreender as razões fisiológicas para enganar os assalariados de todas as faixas de remuneração.

A outra face da moeda da demagogia posta em circulação no Congresso é a absoluta falta de espírito público que a vai desvalorizando a cada dia. Na mesma oportunidade em que transferiu à sociedade os enormes custos da rejeição do 2 045, a estranha simbiose entre matizes oposicionistas e o oportunismo participante do PDS derrubou de cambulhada o Decreto 2 036.

O Decreto 2 036 foi um esforço do Executivo para contemporizar com os apetites fisiológicos da demagogia representativa. Ou seja: submetendo os aumentos de salários das empresas estatais a um percentual 20% inferior ao INPC, o Executivo dava o exemplo de cortar em suas despesas no momento em que o Congresso se recusava a concordar com a generalização da austeridade salarial para toda a economia nacional. Mas os apetites fisiológicos revelaram-se insaciáveis.

O 2 036 atenuava o impacto provocado pela demagogia, que se agarrou à rejeição do 2 045 como uma bôia de salvação eleitoral. Havia um entendimento político para compatibilizar, num mínimo que fosse, o interesse público e o exacerbado interesse político das diversas correntes partidárias que se somam sobre o mesmo denominador comum

da demagogia: a Nação lhes paga o *jeton*, os extraordinários e as demais vantagens, e em troca lhes pede apenas o aval para uma austeridade de gastos públicos para não engordar mais a inflação. Nem esse mínimo, que parecia implícito em toda a negociação, foi respeitado. A demagogia oposicionista teve o desplante de atirar o 2 036 na fogueira da rejeição que acendeu no Congresso em homenagem à inflação.

É preciso que a Nação seja no futuro testemunha do comportamento dessa tendência com forte propensão de fazer demagogia com o interesse público. O Decreto 2 036 procurava conter os gastos de pessoal das empresas públicas. Dar-lhes o tratamento acima da inflação significa elevar as despesas públicas muito acima da capacidade do Governo em pagá-las sem incrementar a inflação, que se volta contra todos os assalariados através da elevação dos preços, em velocidade maior do que a capacidade dos salários em acompanhá-los. E, principalmente, do fôlego econômico das empresas para competir com os salários.

Esses alegres e descontraídos defensores dos salários altos que engordam a inflação são igualmente incapazes de perceber a injustiça que cometem com os empregados das empresas privadas, que não têm mordomias e mil pequenas vantagens adicionais. E muito menos são capazes de entender que há um aspecto de injustiça política aumentando a injustiça social. As empresas públicas são uma potente adutora da inflação e um obstáculo à democracia que está atrasada.

A demagógica política salarial do Congresso não está habilitada a entender que não há exemplo de democracia política onde a atividade econômica é monopolizada pelo Estado. O Brasil já chegou aos 70% de controle estatal da economia: com os 30% em mãos da sociedade já se está vendo que a democracia é precária. E agora vem a demagogia irresponsável e fecha os olhos à dificuldade, porque só os abre para ver exclusivamente seu interesse eleitoral.

Mas é uma ilusão de ótica: com esse grau de estatização da economia e da própria inflação, a eleição se inclui naqueles 30% que dão a medida da precariedade política com que se tenta fazer deste país uma democracia. Com 80% de demagogia não há democracia que resista.